

PT SECRETARIA
SINDICAL

Resoluções do Encontro Sindical Nacional
&
Propostas do movimento sindical para as administrações petistas



28/04/2012 - São Paulo - SP

APRESENTAÇÃO

Companheiras e companheiros,

O nosso encontro Setorial Sindical foi um sucesso e exemplo de unidade dos petistas que atuam no movimento sindical. Foram mais de 150 delegados e delegadas de todo o país, que discutiram de maneira aprofundada a respeito da relação do movimento sindical com o PT e com as administrações comandadas pelo nosso partido. Definimos nossas prioridades, tanto internas quanto no movimento sindical e na sociedade, as demandas que apresentaremos no interior do movimento e a necessidade de unidade dos petistas com atuação sindical, assim como estratégias para incentivar o surgimento de novas lideranças.

O resultado desse debate é o texto que apresentamos a seguir, devidamente enriquecido com as contribuições que vieram dos estados. Estamos incluindo, ainda, as contribuições do movimento sindical petista aos programas de governo dos nossos candidatos e candidatas às prefeituras neste ano.

A Secretaria Sindical é a mais antiga das secretarias de setoriais, resultado da enorme importância que o movimento sindical teve na construção do PT. O sindicalismo petista é responsável pela construção de importantes quadros políticos que se transformaram em dirigentes partidários, pela formulação de políticas para o mundo do trabalho, além da extraordinária capilaridade do nosso partido, que o transformou em uma experiência inédita na esquerda mundial.

Vivemos um momento único na história e em 2013 completaremos uma década de verdadeira revolução econômica, social, política e cultural no Brasil. Os governos Lula e Dilma foram responsáveis pela redução do desemprego a patamares de países europeus, antes da crise e a inclusão sociais de mais 40 milhões de pessoas, com programas sociais, geração de emprego, reforma agrária, investimento na agricultura familiar, facilitação do crédito, acesso à educação, etc.. O movimento sindical tornou-se um interlocutor

cotidiano do governo que, diferentemente dos governos neoliberais, o trata com respeito, negociando suas demandas e procurando atender as reivindicações sem tentativas de cooptação ou de transformá-lo em "correia de transmissão" dos projetos governamentais, compreendendo a necessidade de sua autonomia.

Consideramos que é papel da Secretaria Sindical defender as enormes conquistas dos nossos governos, solidarizar-se com as lutas do movimento sindical sem, contudo, perder de vista que somos uma instância partidária, que não deve e não pode tentar substituir o movimento que deve ser autônomo e independente de partidos e governos.

A SSN continuará no seu papel de formuladora de políticas, de relação estreita entre os petistas sindicalistas, na contribuição da sua unidade de ação no interior do movimento e na abertura de espaços partidários para que estes sindicalistas possam contribuir.

Sáímos fortalecidos do Encontro, unidos e com forte interlocução com a direção da nossa central, haja vista a qualidade dos dirigentes cutistas que compõem o nosso Coletivo. Agora, é arregaçar as mangas pois existe muito trabalho pela frente. Acreditamos que conseguiremos dar conta, principalmente porque temos certeza que podemos contar com a nossa militância que nunca faltou e nunca faltará nos enfrentamentos e nos maiores desafios que a luta por uma sociedade socialista nos coloca diariamente.

Angelo D'Agostini Junior
Secretário Sindical Nacional do PT

Indalécio Wanderley
Membro do Coletivo Sindical Nacional da SSN

João Antônio Felício
Ex-Secretário Sindical Nacional e membro do Coletivo Sindical Nacional

Convidado para o Encontro Sindical e impedido de comparecer por razões de saúde, Lula enviou a seguinte saudação:



São Paulo, 27 de abril de 2012

Minhas companheiras e meus companheiros,

Como vocês sabem, estou ainda em fase de recuperação do tratamento a que fui submetido e não posso assumir uma agenda no ritmo que eu gostaria. Por isso, não poderei estar com vocês no Encontro Sindical Nacional.

O movimento sindical me ensinou muito, e a ele eu devo o início da minha militância política. Foi representando meus companheiros trabalhadores que comecei minha luta por um país mais justo e solidário.

Mais do que representar categorias profissionais, o movimento sindical tem responsabilidades com toda a sociedade. Sua participação continua sendo de grande importância para ajudar o Brasil e a nossa Presidenta a continuar no caminho certo, gerando empregos, distribuindo renda e melhorando a qualidade de vida da população.

Por isso desejo a todos um excelente encontro.

Um forte abraço,
Luiz Inácio Lula da Silva

OS PETISTAS E O MOVIMENTO SINDICAL

*Texto discutido nos encontros sindicais estaduais,
discutido e emendado no Encontro Sindical Nacional
e aprovado, por unanimidade, incorporando-se
as contribuições.*

1) Introdução

O PT nasceu das lutas dos trabalhadores brasileiros contra a ditadura militar, o arrocho salarial, em defesa dos direitos da população mais pobre, exigindo políticas públicas do Estado, e lutando pela construção de outra sociedade, justa e igualitária. Um partido da classe trabalhadora, de combate, de luta. Sua personalidade, marcada por defesa da distribuição de renda e da democracia participativa, fez do PT a principal força política de esquerda do Brasil, uma das principais da América Latina e uma das referências da esquerda e dos trabalhadores no mundo contemporâneo. Somos fruto do amadurecimento dos movimentos sociais e da classe trabalhadora, que compreenderam a necessidade de uma organização capaz de operar as transformações no Estado, de maneira a atender às suas demandas, na perspectiva de um projeto alternativo de poder, que pressupunha construir um país soberano, democrático e com justiça social. A construção do partido representou a organização de um novo instrumento de intervenção social e política que, até então, não existia, nos moldes sonhados por aquela militância.

Passados 31 anos, após a eleição de milhares de parlamentares nas três esferas, a conquista de centenas de governos municipais, alguns governos estaduais e do governo federal, vivemos numa conjuntura doméstica e internacional absolutamente diferente daquela da criação do PT. A riqueza de origens permitiu ao partido construir um comportamento em relação aos movimentos sociais que significou enorme avanço na compreensão da sua importância estratégica, distanciando-se da forma de agir que os partidos populistas ou da esquerda tradicional sempre tiveram, inaugurando uma nova maneira de relacionamento com a população organizada.

Lula e Dilma, ressalvadas as diferenças de estilo e origem social são resultados destas lutas e desse acúmulo. Duas lideranças políticas das mais representativas e legitimadas da história republicana que, depois décadas de combate nos movimentos sociais e de resistência à ditadura militar conquistaram (e nós todos conquistamos juntos) o governo central do Brasil. Foi nas lutas que nos forjamos e tornamo-nos alternativa à agenda conservadora e neo liberal dos governos anteriores, vencendo três eleições onde as elites e sua mídia tudo fizeram para nos derrotar.

O governo Lula enfrentou e o da companheira Dilma também enfrenta uma dupla pressão. De um lado as forças conservadoras que tudo fazem para manter a agenda derrotada nas últimas eleições, e de outro a base social que construiu e elegeu o PT. Embora compreendamos a difícil correlação de forças na nossa sociedade, somos de opinião que, em hipótese alguma, é possível nos submetemos à agenda derrotada e menosprezar as necessidades e reivindicações dos trabalhadores organizados. Para darmos materialidade a **nossa** agenda de maneira consequente, sem cairmos no ultra esquerdismo, é necessário compreendermos que, por ser resultado de uma composição – inclusive com forças conservadoras – este é um governo em disputa e a melhor maneira contribuir com ele é tencioná-lo à esquerda lutando cotidianamente pela pauta dos movimentos sociais.

Quando nascemos, tínhamos nos operários, trabalhadores rurais e demais trabalhadores organizados, nos estudantes, nos setores médios e no funcionalismo público, nossa base social. A partir do primeiro governo Lula, essa base se ampliou. Hoje somos um partido referência para as amplas massas de trabalhadores excluídos e desempregados. Os pobres têm nos governos petistas uma expectativa de respostas às suas necessidades e reivindicações tanto pela sua origem social como por uma de classe.

O PT se construiu democraticamente pela base, nos núcleos, no debate democrático. Hoje no governo, o PT não pode perder suas raízes sociais e combativas, pois nos movimentos sociais e na luta do povo estão os alicerces da sustentação e defesa de um governo comprometido com as reivindicações dos trabalhadores. O fato de termos um governo em disputa, num terreno em que a luta de classes está viva, a justificativa da governabilidade (aliança com outras forças para garantir base de apoio parlamentar e social) não pode servir para descaracterizar nossas propostas e concepções.

Nosso partido, ao chegar ao governo, não pode menosprezar as necessidades e reivindicações dos trabalhadores organizados. Nossos parlamentares e dirigentes não podem esquecer suas origens, pois em sua maioria são oriundos dos movimentos populares ou sindicais e sempre estiveram engajados nas mobilizações dos trabalhadores.

Os três mandatos petistas representaram e representam um marco na relação do governo federal com a sociedade civil organizada, que passou a ser respeitada, legitimada e valorizada. Foi reconhecido o papel das entidades sindicais, por meio das quais

faz a interlocução com o mundo do trabalho. Ao abrir espaço à participação popular, nossos governos promoveram e promove a socialização do poder. Esta participação não escamoteou os conflitos, ao contrário, permitiu que eles aflorassem, exigindo mais presteza no atendimento das reivindicações e, da parte dos movimentos, grande amadurecimento ao se apropriarem das informações do Estado e se apropriarem de parcelas do poder que, de fato, está sendo democratizado.

Os avanços que obtivemos não têm paralelo na história. No que diz respeito ao mundo do trabalho, a criação de mais de 16 milhões de empregos formais, a recuperação da renda, a elevação do salário mínimo e uma política de valorização permanente. A correção da tabela do Imposto de Renda, a aprovação do Estatuto do Idoso, a facilitação de crédito para trabalhadores, que fez aumentar o consumo e a produção. Tivemos os projetos de acesso ao primeiro emprego, à qualificação profissional e o combate ao trabalho escravo e infantil.

Lamentavelmente ainda enfrentamos situações em administrações petistas em que companheiros, eleitos com o apoio dos movimentos sociais, não atendem importantes demandas da sociedade, não reconhecem as lideranças populares e sindicais como interlocutores e se relacionam com a sociedade apenas através dos canais institucionais, desprezando a democracia participativa. Em nível federal, o fato de estes três mandatos petistas estarem sendo melhores do que quaisquer outros governos anteriores, não podemos esquecer que existem muitas insuficiências. E é nosso papel, como sindicalistas e petistas, contribuir para a superação destas insuficiências cobrando, dialogando e defendendo a autotomia do movimento sindical para cobrar suas demandas. Precisamos ter muito claro, porém, que a nossa sociedade é composta de mais de um lado e nós sabemos, exatamente, em qual lado estamos. Sempre que necessário iremos às ruas para barrar ameaças de golpe e garantir a governabilidade, como também para defender os avanços que julgamos imprescindíveis e protestar contra medidas que possam causar prejuízos aos trabalhadores.

Consideramos necessário aprofundar a mobilização social, o diálogo com os setores desorganizados e criarmos formas de potencializar suas demandas, de maneira a pressionar o governo para atendê-las, pois, com certeza, outros pressionarão no sentido contrário. Um importante instrumento para isto é a constituição de mecanismos de controle social, com a realização de conferências e constituição de conselhos com

caráter deliberativo, independência financeira e maioria de representantes de trabalhadores e usuários, garantidos por lei. O movimento sindical tem papel fundamental nessa ação e os petistas que lá atuam devem contribuir de maneira sistemática e organizada para essa disputa.

Devemos contribuir criticamente com as agendas positivas do nosso governo, somando-nos aos projetos e ações que, de maneira inequívoca beneficiam os trabalhadores e a população mais pobre. O PAC I e II, Minha Casa Minha Vida, transposição do Rio São Francisco, por exemplo, apontam para mudanças significativas, pois possuem elementos importantes para contribuir com a superação do conservadorismo econômico, colocando o Estado no papel de indutor do crescimento.

No entanto, a concordância com a concepção geral destes projetos não implica concordância com todas as suas medidas integrantes. É necessário debater temas como o endividamento dos estados, o tamanho do superávit primário, a política de concessões ao capital privado e a ausência da cobrança de contrapartidas sociais. O papel do BNDES como indutor do desenvolvimento, da valorização das empresas nacionais, em especial das pequenas e médias, é fundamental e nosso governo Não podemos esquecer que são programas produto da política de coalizão na qual se apóia nosso governo, portanto, ações em disputa por diversos setores sociais com interesses contraditórios.

2) RELAÇÃO DOS SINDICALISTAS COM O PTE O GOVERNO

Os militantes sindicais petistas sempre defenderam (e continuam defendendo) que um ativista partidário deve atuar nas organizações de classe disputando as propostas mais adequadas para o avanço da categoria, mas compreendendo que estas organizações devem ser independentes do Estado e dos partidos, ter sua dinâmica própria, e não aceitarem ser transformadas em "correias de transmissão" da ação partidária ou estatal.

É consenso, que o partido necessita "ouvir" e estar sempre em contato com as organizações de luta dos trabalhadores, de maneira a não se limitar à ação institucional, que é fundamental, mas insuficiente para garantir a verdadeira participação democrática da população, que se dá por meio do movimento organizado. O movimento sindical pode e deve ser uma "sementeira" de militantes, que no processo de crescimento político se tornam lideranças partidárias e da sociedade como um todo, qualificando e ampliando

a luta, ocupando espaços no Executivo e no Legislativo, porém mantendo o vínculo e o compromisso com suas bases.

O excesso de autonomia das nossas bancadas e o fato de se nortearem pela lógica dos mandatos, em detrimento das demandas do Partido e da sociedade civil organizada, têm causado sérios prejuízos na conquista de direitos, combate às injustiças e na luta por uma sociedade socialista. A relação com o Partido, à medida que conquistamos espaços na institucionalidade, também foi se distanciando. Hoje, nos deparamos com um verdadeiro fosso entre militantes do partido com atuação voltada para a estrutura partidária ou parlamentar e àqueles que optaram por atuar no mundo sindical. Precisamos, com urgência, vencer esse distanciamento e voltarmos a ter uma atuação conjunta, coesa e colaborativa. A Reforma Política, com a votação em lista e o financiamento público das campanhas é fundamental tanto para o aprofundamento da democracia no País como para que o PT se mantenha um partido ideológico, de massas e com grande capilaridade junto nos movimentos sociais.

A presença de militantes petistas em todas as instâncias da CUT e na direção da maioria dos sindicatos brasileiros é um dos grandes diferenciais do PT. Esta militância plural ajudou o partido a crescer, a ponto de ter se transformado na agremiação política mais importante do país e ter conquistado o governo central. O movimento sindical, sem sombra de dúvidas, é o segmento organizado com maior peso na história do Partido e um dos responsáveis pela capilaridade do partido pelo país afora.

Entendemos que a organização dos setoriais foi uma decisão acertada e resultado do acúmulo coletivo ao longo destes anos todos. É uma das formas da militância atuar no partido de maneira orgânica, qualificada, promovendo a interação que enriquece, tanto o partido, como os movimentos sociais. O PT por outro lado, como partido de massas, tem um papel fundamental na institucionalidade, dando voz e estabelecendo pontes com o movimento social que, em contrapartida, contribui para a oxigenação das instâncias partidárias e sua relação mais íntima com a população organizada.

Durante nossas atividades sindicais, nos deparamos com a contradição de defendermos um governo comprometido com os trabalhadores, mas que, por outro lado, não consegue superar rapidamente a enorme dívida social, que o movimento sindical,

legitimamente, cobra. Enfrentamos, também, a instrumentalização que os opositores do governo – à esquerda e à direita – fazem deste conjunto de dificuldades com objetivos eleitoreiros ou por disputa de suas posições no interior do movimento. É nesse novo quadro político que o petista com atuação no movimento sindical exerce a sua militância e, muitas vezes, se depara com situações de grande conflito. É necessário aperfeiçoar o processo de negociação do governo Dilma com o movimento sindical. Não é possível que nosso governo permita situações como a que aconteceu em Belo Monte, em que os trabalhadores foram submetidos a condições desumanas de trabalho e as empreiteiras - contratadas para esta importante obra pública - se recusavam a negociar. A campanha da CUT pela humanização das relações de trabalho deve ser uma das prioridades dos petistas com atuação sindical.

Outro desdobramento do diálogo insuficiente com o nosso governo é o que têm acontecido no Ministério do Trabalho. Compreendemos a importância da política de alianças para a governabilidade e temos claro que para garantirmos um leque amplo de apoio é necessário que alguns ministérios estejam sob o comando de nossos aliados. O MT, entretanto, além de não estar sendo dirigido por um petista, têm servido aos interesses de uma única central sindical - que rivaliza com a CUT – e foi instrumentalizado por esta central com vistas à disputa no movimento sindical. Não reivindicamos que o Ministério "seja da CUT", apenas que ele haja de maneira republicana e as diversas correntes do movimento sindical sejam tratadas com isonomia.

A experiência acumulada e as posições que historicamente defendemos permitem que, hoje, a nossa atuação se dê a partir de premissas tais como: autonomia dos movimentos frente ao partido e ao governo, compreensão que este governo é uma conquista dos próprios movimentos, certeza que os petistas devem continuar contribuindo para a politização dos movimentos, e a compreensão de que são naturais as críticas ao governo pelo não atendimento de determinadas reivindicações. Apesar disso, a discussão sobre a intervenção dos petistas no movimento sindical não está devidamente consolidada, dando espaço para o voluntarismo, a falta de norte e visão unitária, permitindo divisões ou disputas entre petistas.

A outra face desta mesma moeda é a incorporação pelo partido das demandas sindicais. As teses sobre concepção e prática dos sindicalistas precisam voltar a serem assumidas

pelo conjunto do partido, pois são proposituras elaboradas a partir da experiência concreta e do compromisso ideológico de quem milita na área. O partido precisa voltar a assumir e se empenhar em lutas importantes do movimento sindical, como a luta pela alteração da estrutura sindical vigente e pela democratização dos meios de comunicação.

3) NOSSAS PRIORIDADES PARA O PRÓXIMO PERÍODO

3.1) Luta pelo Desenvolvimento e distribuição de renda

É importante lutarmos contra os aspectos negativos do Plano de Aceleração do Crescimento e o aprofundamento dos positivos, tais como os projetos referentes à bioenergia - a exemplo do biodiesel e do etanol - intimamente ligados à reforma agrária e à agricultura familiar. O PAC, assim como nosso Programa de Governo, tem diversos aspectos positivos que poderão ser ampliados e para tanto propomos o que segue:

- Retirada do PLC 01/2007, mecanismo de limitação das despesas com funcionalismo para cada um dos poderes da União e sua discussão na mesa nacional de negociação permanente;
- Fixação de metas de emprego e formalização do trabalho;
- Participação das centrais sindicais no comitê gestor para acompanhamento e avaliação dos projetos de investimento;
- Instauração de comissões setoriais tripartites para acompanhamento dos projetos de investimento e de concessões de incentivos fiscais;
- Estabelecimento de novas regras para o uso do FGTS, com a participação das centrais sindicais no órgão gestor do Fundo de Investimento e garantia de um retorno anual financeiro mínimo para os recursos que serão utilizados pelo Fundo;
- Inclusão de metas para as políticas sociais que contribuam para acelerar o crescimento e o emprego;
- Desconcentração da posse da terra, mantendo as famílias no campo, via Reforma Agrária e o fortalecimento da agricultura familiar, além do fomento de crédito, apoio técnico, formação profissional e organização em cooperativas;
- Redução constitucional da jornada de trabalho sem redução de salário;

- Participação das entidades sindicais, representativas dos trabalhadores na construção civil, no acompanhamento das metas de emprego, na formalização do trabalho e que também garantam que os incentivos concedidos se reflitam, na devida proporção, na queda dos preços de imóveis acabados e de material de construção civil;
- Estabelecer uma política creditícia que contemple a participação de todo o sistema bancário no financiamento dos projetos listados no PAC e aqueles dele derivados; que institua mecanismos que obriguem os bancos a reduzirem o **spread** e as tarifas bancárias; que ampliem e estendam o crédito direcionado para empresas geradoras de emprego e, por extensão, renda aos trabalhadores.

3.2) Organização Partidária

Reafirmamos a importância estratégica dos setoriais como interlocutores privilegiados do partido junto a esses movimentos e como espaço de elaboração teórica. Valorizar a participação dos sindicalistas e ativistas de outros segmentos na estrutura do partido é dar-lhes instrumentos para contribuir nas decisões.

Para avançarmos na organização do movimento sindical no interior do partido e dos petistas que atuam no movimento sindical defendemos:

- Retomada dos núcleos de base por categorias profissionais, ou por local de trabalho, como maneira de garantir a efetiva participação da base na vida orgânica do partido e para que este volte a fazer parte do cotidiano dos trabalhadores;
- Fortalecimento das secretarias sindicais estaduais e dos coletivos, cobrando do partido o reconhecimento e a valorização política dos secretários e dos coletivos sindicais;
- Busca da unidade entre os petistas, em especial nas eleições sindicais (sempre respeitando a autonomia sindical), evitando que militantes do partido estejam em chapas que se opõem;
- Envolvimento de todo o partido, principalmente de suas instâncias de direção, nas eleições sindicais, apoiando as chapas de petistas e contribuindo para a busca da unidade dos militantes partidários no interior do movimento;
- Realização de outras conferências nacionais, precedidas de conferências

- estaduais, de maneira a debatermos com mais frequência no interior do partido os assuntos que dizem respeito ao mundo do trabalho;
- Envolvimento dos petistas nas pré conferências estaduais e na Conferência Nacional do Trabalho Decente;
 - Cobrança, das direções partidárias e das bancadas, de uma relação mais próxima dos vereadores, deputados estaduais, federais e senadores com o movimento sindical de maneira a evitar que estes defendam propostas em contradição com as lutas e as demandas do movimento sindical combativo;
 - Lutar para que os encontros setoriais voltem a eleger delegados com direito a voz e voto, para os encontros partidários nos níveis municipal, estadual e nacional;
 - Os secretários setoriais, em nível municipal, estadual e nacional passem a integrar os respectivos diretórios, com direito a voto;
 - Cobrar das bancadas petistas, nas casas legislativas e dos nossos parlamentares com atuação em comissões de trabalho, previdência, orçamento e temas correlatos com o mundo do trabalho que passem a ter uma relação mais próxima e institucional com o Movimento Sindical;
 - Cobrar das instâncias de direção partidária que orientem os gestores petistas a implementarem mesas de negociação permanente nas três esferas de poder, assim como que as nossas administrações incorporem as propostas da CUT de combate às práticas anti-sindicais.

3.3) O que Vamos Defender no Interior do Movimento Sindical

Não podemos, e não queremos, criar uma "camisa de força" para a militância, mas compreendemos que são necessários alguns pontos estratégicos consensuais em torno dos quais a atuação dos petistas se dêem. Esses pontos podem ser tanto bandeiras de luta que nos unifiquem como posições semelhantes dentro da central. Precisamos retomar o orgulho de nos apresentarmos nos movimentos sociais com cara própria, defendendo propostas e contribuindo com o avanço das lutas com nossas experiências. Somos a favor de reformas que ampliem os direitos dos trabalhadores e a democracia, valorizem o trabalho e promovam distribuição de renda. Em hipótese alguma aceitaremos qualquer redução de direitos, em especial no que diz respeito ao direito de greve e à livre organização sindical. Nesse sentido, nos propomos a lutar por:

- Fim do Imposto Sindical, de maneira que a contribuição dos trabalhadores aos seus sindicatos seja resultado da ação da entidade, sua capacidade de organização e negociação e não devido a imposições legais;
- Direito irrestrito de negociação e greve, contra o interdito proibitório; combate às práticas anti-sindicais em âmbito federal, estadual, municipal, na iniciativa privada e no Poder Judiciário;
- Federalização dos crimes contra sindicalistas e anistia aos trabalhadores, da administração direta, de estatais e da iniciativa privada demitidos por suas atividades sindicais;
- Ratificação das convenções 87, 151 e 158 da OIT que tratam da liberdade e autonomia sindical;
- Garantia, por lei, de organização nos locais de trabalho;
- Contrato Coletivo Nacional, promovendo isonomia salarial e evitando a migração de empresas para regiões menos organizadas, com o objetivo de superexplorar os trabalhadores;
- Desenvolvimento de uma política para os trabalhadores informais;
- Regulamentação do artigo 40 da Constituição Federal para os trabalhadores em áreas insalubres ou perigosas;
- Apoio às greves dos serviços públicos e privados;
- Implementação da Convenção 138 da OIT, que estabelece a idade mínima para começar a trabalhar;
- Implementação das convenções 29, 100, 111 e 115 que tratam da discriminação racial no trabalho;
- Impedimento a qualquer forma de discriminação no trabalho;
- Redução da jornada de trabalho sem redução de salários;
- Reforçar a campanha da CUT pela humanização das relações de trabalho e participação das pré conferências e Conferência Nacional pela Trabalho Decente;
- Previdência pública universal, com ampliação de direitos e fim do fator previdenciário;
- Cobrança dos devedores da Previdência Social;
- Apoio às lutas gerais dos aposentados;
- Aprovação de uma Reforma Tributária que desonere a produção e as pessoas físicas, cobrando mais de quem tem mais, menos de quem tem renda média e

isentando uma quantidade maior de cidadãos que ganham menos, sem que haja redução no recolhimento do FGTS e INSS;

- Taxação das grandes fortunas e heranças, encabeçando uma campanha de massas para buscar apoio de outros segmentos sociais, exigindo maior rigor na taxação do capital financeiro e para que a contribuição dos empregadores seja sobre o lucro, aumentando a arrecadação da Previdência, incentivando a formalização das relações de trabalho e a contratação de novos trabalhadores;
- Ampliação do Conselho Monetário Nacional – CMN, democratizando as decisões sobre taxa de juros e investimento do País, que, no nosso entendimento, não têm caráter apenas técnico, mas de opções de política econômica;
- Por um serviço público de qualidade, combatendo qualquer forma de terceirização e privatização no serviço público (inclusive as Fundações Estatais e Organizações Sociais de Direito Privado);
- Qualificação e requalificação dos trabalhadores em serviços públicos e contra a retirada de quaisquer direitos;
- Reforma política e do Poder Judiciário, combate à corrupção, pela ética e transparência dos poderes executivos, legislativo e judiciário;
- Ampla campanha em defesa dos bancos públicos federais;
- Valorização da escola pública e da qualidade de ensino, contra qualquer forma de privatização do ensino público, promovendo uma mobilização nacional envolvendo a sociedade civil organizada, garantindo-lhe espaços de participação e fiscalização;
- Consolidação do SUS - Sistema Único de Saúde - com base no fortalecimento dos princípios de unidade, integralidade, equidade e controle social. Contra as formas diretas - e indiretas - de terceirização dos serviços de saúde, inclusive através das chamadas organizações sociais ou fundações estatais;
- Integração dos povos da América Latina, que poderá se dar através do Mercosul, promovendo uma discussão aprofundada para que este se torne um instrumento de integração solidária dos povos, construção de nações soberanas, de melhora das relações de trabalho no continente e defesa do meio ambiente;
- Defesa do meio ambiente, saúde dos trabalhadores e da população em geral, vítimas da degradação ambiental;
- Pelos direitos humanos, contra a violência policial e a promiscuidade entre as

- forças de repressão e os interesses de empresas privadas;
- Lula pela Democratização dos Meios de Comunicação;
- Engajamento na construção e fortalecimento da CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais).

3.4) Estratégias para Renovação das Lideranças Sindicais do PT

Atrair a juventude para a militância política e sindical é sempre um desafio. O alto índice de desemprego entre os jovens, o apelo para o envolvimento em diversas outras atividades, a alienação política provocada pela mídia são obstáculos a serem superados para chegarmos até a juventude. Por outro lado, o jovem que opta pela militância quer ser protagonista dos processos políticos e precisamos criar os espaços para essa atuação que deve ser diferenciada e limitada aos formatos tradicionais de militância. Assim, é necessário que sejam desenvolvidas ações coordenadas para aproveitar o potencial dos jovens petistas com atuação no movimento sindical e dar-lhes oportunidades para se projetarem como lideranças. Para atingir esses objetivos defendemos que:

- Criar mecanismos e instâncias de participação efetiva dos jovens nos sindicatos e nas instâncias sindicais superiores, possibilitando que o tema da juventude seja prioritário;
- Investimento em atividades culturais e esportivas nos sindicatos;
- Oferecimento de cursos e seminários de formação profissional e política, de maneira a qualificar os novos quadros políticos;
- Abertura de espaço nas organizações por local de trabalho, na diretoria dos sindicatos e da CUT para os jovens;
- Absorção das bandeiras de luta da juventude pelo movimento sindical;
- Estreitamento da relação do movimento sindical com as organizações juvenis, tais como a UNE, a UBES, o movimento Hip Hop etc.
- Criação (ou fortalecimento) de instâncias específicas nos sindicatos e da CUT, que tratem da questão da juventude;
- Investir na formação político-ideológica dos militantes petistas como mecanismo de renovação de mentes e corações.

ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS PETISTAS

O que propõe o movimento sindical

O MODO PETISTA DE GOVERNAR

Ao longo dos seus trinta e um anos e com a experiência de centenas de administrações que dirigiu, o PT introduziu elementos absolutamente inéditos na maneira de gerir a administração pública, criando uma verdadeira marca, que ficou conhecida como "o modo petista de governar", caracterizada por honestidade, inversão de prioridades, opção pelos mais pobres e participação popular. As inúmeras maneiras das nossas administrações, promoveram a participação popular através de conferências, conselhos, fóruns de debates, consultas à população, coletivos, mesas de negociação, orçamento participativo e outros, permite a apropriação do aparelho do Estado por parte da população organizada. O movimento sindical combativo foi, e continua sendo, um interlocutor importante. Sem perder a autonomia, independência, senso crítico e firmeza na luta pelos interesses dos trabalhadores é instrumento de defesa das conquistas e avanços das gestões petistas, quando estas são atacadas pelos setores reacionários.

Os governos Lula e Dilma avançaram extraordinariamente ao reconhecerem as centrais sindicais, estabelecerem mesas permanentes de negociação, atenderem históricas reivindicações do movimento sindical e apoiarem a campanha pela redução da jornada de trabalho e, acima de tudo criarem 16 milhões de novos empregos e promoverem a ascensão social de mais de 40 milhões de brasileiros e brasileiras. Servem de exemplo do que é possível ser feito quando existe vontade política de colocar o Estado a serviço da maioria da população, embora tenhamos claro que muito ainda precisamos avançar para resgatar os milhões de excluídos, vítimas de cinco séculos de exploração selvagem por parte das elites que ao longo da nossa história se apropriaram do Estado em proveito próprio e o programa "Brasil Sem Miséria", implementado pela companheira Dilma é o grande caminho rumo a um País com verdadeira justiça social.

MUITO A MELHORAR

Contudo, existe um evidente descompasso entre as ações do Governo Federal e parte significativa de nossas administrações municipais, tanto na implementação de programas sociais que, verdadeiramente signifiquem avanços concretos na inclusão dos mais pobres como no aprofundamento da relação democrática com a sociedade. Não temos dúvida que, comparadas às administrações dos partidos conservadores, nossos gestores

proporcionaram melhoras às populações que governam superiores àqueles em todos os aspectos. Muitas prefeituras petistas avançaram de tal forma que se tornaram referências para no Brasil e no mundo, contribuindo, inclusive, para experimentação de políticas que, posteriormente, foram maximizadas em nível nacional.

Ainda assim, acreditamos na possibilidade de avançarmos muito mais, tanto no atendimento da demanda social acumulada como na democratização do Estado e socialização do poder com a sociedade. A radicalização do "Orçamento Participativo", por exemplo, com maior controle social do orçamento público, maior transparência e prestação constante de contas, referentes aos valores empenhados e gastos, a adoção do pregão eletrônico nas licitações e redução dos aditivos nos contratos, são formas de evitar desvios, corrupção ou privilégios à determinados fornecedores. O combate às terceirizações e as chamadas Organizações Sociais de Interesse Público – OSIPs também são importantes ações para valorização dos trabalhadores do município e apropriação dos serviços públicos por agentes privados.

O QUE PROPOMOS

Nossas sugestões para os programas de governo dos candidatos petistas à prefeituras, em 2012, partem de algumas premissas, apontam diretrizes, sugerem ações e indicam a necessidade de determinadas estruturas para a implementação desse conjunto de políticas. Nossas propostas, são resultantes das reflexões da militância petista, com atuação no movimento sindical, acumuladas ao longo de anos, materializadas nas resoluções sobre eleições da CUT, Conferência Sindical Nacional do PT, em 2006, em diversos encontros e seminários sindicais, de caráter regional, temático ou nacional, na proposta de Programa de Governo para as eleições de prefeituras e vereadores em 2008 e Presidente da República e governadores, em 2010.

1 – PREMISSAS

- a) Os governos e os mandatos petistas são conquistas dos movimentos sociais, não podem ser considerados um fim em si mesmo, significam passos rumo a uma sociedade socialista e contribuem com a politização do povo, principal protagonista da construção desta sociedade;

- b) A disputa maior se dá com o projeto político dos setores conservadores da nossa sociedade. Os petistas com atuação no movimento social e aqueles que ocupam cargos públicos são parceiros, embora lutando em trincheiras diferentes;
- c) Todas as nossas administrações ainda estão no marco do capitalismo. As contradições entre o movimento social organizado e as administrações públicas são naturais e saudáveis para a democracia pois as demandas sociais não poderão ser atendidas na sua integralidade no tipo de sociedade que vivemos.

2 - DIRETRIZES

O fato das administrações e os mandatos agirem no marco da institucionalidade não implica que os militantes petistas, ao se tornarem gestores, necessitem limitar sua ação política à ela. É necessário que tenham muito claro que o cargo que ocupam é uma ferramenta para construção de algo que extrapola seu mandato ou a administração que dirige. Construção esta que não iniciou com esta geração e não terminará com ela. É necessário não perder a perspectiva histórica da nossa intervenção política. Assim, julgamos que a ação na institucionalidade deve estar sempre casada com ações populares, "ganhando" politicamente a população para o nosso projeto político de longo prazo e contribuindo para o seu protagonismo. As diretrizes, pelas quais sugerimos que os nossos prefeitos e prefeitas devem se guiar, são as seguintes:

- a) **Liberdade e autonomia sindical** – O fato de sermos parceiros não significa que o movimento sindical deve estar a serviço da administração ou do Partido. O PT já superou esse debate, que durante muito tempo existiu na esquerda, e temos claro que o sindicato não pode ser "correia de transmissão" do Partido, da administração ou dos mandatos. Mas este é um conceito a ser reafirmado com veemência pois muitas vezes a lógica dos mandatos e das administrações acabam derrotando, na prática, essa concepção ao tratar o movimento de maneira utilitarista ou deslegitimá-lo;
- b) **Participação Popular** – Fortalece a administração e canaliza a pressão da sociedade;

- c) **Interlocução constante** – O movimento sindical deve ser tratado por nossas administrações e mandatos como um interlocutor institucional, tanto nas demandas gerais dos trabalhadores como nas específicas dos servidores públicos;
- d) **Importância dos servidores** – A relação com os servidores públicos e suas representações sindicais é importante pois são trabalhadores que, legitimamente, defendem suas reivindicações e o fato do empregador ser um petista não altera a urgência do atendimento de suas demandas. Além disso, existe um diferencial na relação com estes trabalhadores, que nossas administrações e mandatos precisam levar em conta: são eles que atendem a população. Servidor público tratado com respeito e justiça certamente contribuirá para o êxito de nossos governos;
- c) **Instância partidária como interlocutores** – A Secretaria Sindical Nacional, as Secretarias Sindicais Estaduais, as Secretarias Sindicais Municipais, seus respectivos coletivos e os núcleos de categoria são as instâncias legitimadas pela militância partidária. É sua tarefa intermediar conflitos entre militantes partidários com atuação sindical e militantes partidários nas administrações ou mandatos parlamentares.
- Recomendamos que sejam sempre consultadas no caso de elaboração de projetos de lei ou ações políticas de administradores petistas que digam respeito ao mundo do trabalho. A relação estreita entre vereadores e administradores das cidades com estas instâncias partidárias só contribuirá com o êxito da ação política dos companheiros que ocupam estes cargos públicos. Evidentemente não estamos sugerindo que estas instâncias partidárias substituam os sindicatos e as centrais sindicais, ressaltamos apenas o papel da militância do segmento sindical como elo de ligação entre o Partido, os governos e o movimento.

3 - AÇÕES

3.1 - Voltadas para os trabalhadores em geral

As ações das prefeituras petistas e as deliberações dos vereadores do PT devem se dar a

partir da compreensão que é função do Estado ser indutor do desenvolvimento. Para tanto é fundamental que a estrutura do orçamento público esteja voltada para a promoção do desenvolvimento sustentável. Para que possam cumprir essa tarefa é necessário ampliar o papel redistributivo das prefeituras, elevação do valor dos benefícios dos programas sociais com foco na inclusão no mercado de trabalho e estabelecendo políticas específicas para as mulheres, os idosos e jovens. Nesse sentido, propomos que os prefeitos e vereadores petistas se norteiem pelas seguintes ações voltadas para os trabalhadores e trabalhadoras das cidades:

- a) Redução das desigualdades regionais diagnosticando a vocação da região, pressionando o governo federal e estaduais para a criação de uma política de desenvolvimento regional, apoiando a criação de pólos de dinamismos regionais, incentivo aos Arranjos Produtivos Locais e investimento no turismo regional com garantia da sustentabilidade ambiental e combate a exploração sexual;
- b) Combater a discriminação racial nas relações de trabalho, tanto no serviço público como privado, promovendo incentivos a empresários que desenvolverem políticas afirmativas e punindo severamente qualquer ato de discriminação no serviço público;
- c) Criação de espaços de discussão e negociação junto ao empresariado local, com o apoio da Câmara Municipal, com vistas a elevação do salário de todos os trabalhadores do município;
- d) Fortalecimento da agricultura familiar, nos municípios com vocação agrícola, via fomento de crédito, implantação da infra-estrutura necessária, apoio técnico, formação profissional e organização de cooperativas. Apoio a desconcentração da posse da terra e a reforma agrária, priorizando os agricultores familiares nas compras governamentais e contribuição para integração deste segmento às economias locais;
- e) Desenvolvimento de uma política de valorização do trabalho e contribuição na geração de empregos locais conforme o conceito de trabalho decente .
- f) Gerar empregos, fortalecer mecanismos de proteção/inclusão dos trabalhadores e trabalhadoras, em especial da juventude, combatendo a precarização;
- g) Ampliar a rede de atendimento a saúde da mulher e o atendimento a criança de maneira a contribuir para o desenvolvimento profissional da mulher trabalhadora.

- h) Desenvolver uma política permanente de proteção e inclusão para os trabalhadores e trabalhadoras informais e, episodicamente, nas cidades que vão sediar os jogos da Copa, cadastrar, dar apoio técnico, formação e desenvolver um programa de micro crédito para potencializar seus ganhos durante os eventos, com vistas a futura formalização;

¹De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) trabalho decente é um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade, e segurança, sem quaisquer formas de discriminação e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho.

- i) Desenvolver ações específicas para potencializar, formalizar e organizar os trabalhadores e trabalhadoras dos segmentos que mais empregam como construção civil, comércio e serviços, em especial "telemarketing", que têm absorvida grande quantidade de mão de obra jovem;
- j) Estabelecimento de parcerias com o governo federal, estadual e iniciativa privada para a implementação da cadeia produtiva do biodiesel, garantindo que o município contribua com essa cadeia dentro da sua especificidade, assim como parceria com o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), cobrando dos demais atores a contrapartida social para a implementação destes projetos;
- k) Promoção de uma política ambientalista com especial atenção ao tratamento, distribuição e devolução da água à natureza. Implementar ou aprimorar a coleta seletiva do lixo, realizando parcerias com cooperativas de catadores de reciclados priorizando a inclusão social;
- l) Implementação de uma política cultural, valorizando as produções locais, envolvendo especialmente a juventude através das escolas e organizações culturais juvenis. Promover a aproximação de idosos e jovens, utilizando-se de parcerias com sindicatos, associações e outras organizações, encontrando formas para que o conhecimento do idoso seja aproveitado, valorizando seu papel de memória viva da comunidade e transmissor da cultura local as novas gerações;
- m) Desenvolvimento de um projeto pela universalização do acesso a educação e pela qualidade do ensino, remunerando adequadamente os educadores, perseguindo o piso salarial nacional e, na medida do possível superando-o. Parcerias com o movimento sindical e outras entidades populares para efetivação deste projeto com especial atenção para a alfabetização e a educa-

ção de jovens e adultos;

- n) Políticas para proteção de crianças e adolescentes, combate à violência, evasão escolar, exploração sexual e drogas. Desenvolvimento de projetos especiais para dependentes de "crack", com a visão de que se trata de um problema de saúde pública.

3.2 - Voltadas para os servidores

O servidor público pode se tornar um importante aliado ou um entrave para o desenvolvimento de uma política municipal que atenda os interesses da maioria da sociedade. É tarefa das administrações petistas e dos nossos vereadores, fortalecer o papel dos servidores públicos no processo de crescimento econômico e desenvolvimento social. Para que isso ocorra, é necessário que os trabalhadores públicos sejam bem remunerados e que o diálogo seja constante entre o governante e o corpo permanente da máquina da prefeitura. É nesse sentido que é inconcebível que uma gestão petista se comporte como a grande maioria dos administradores públicos no Brasil que criminalizam o movimento sindical, desenvolvem práticas anti-sindicais e tentam deslegitimar as lideranças dos trabalhadores. Uma governo petista deve, ainda, corrigir injustiças que tenham sido cometidas por administrações anti democráticas por isso, a reintegração dos demitidos, por razões decorrentes de sua prática sindical também deve ser um dos pontos prioritários. O respeito e a implementação na prática nas convenções 87, 151 e 98 da OIT que tratam da autonomia e liberdade sindical dos servidores públicos deve ser questão de honra para as gestões petistas e pauta prioritária dos vereadores na elaboração de legislação que normativa essa relação. A materialização desta maneira de se relacionar com os servidores está na valorização da livre negociação, o estabelecimento de data-base, o respeito a organização nos locais de trabalho e o direito de greve. Estes são pontos que marcam a diferença de uma gestão democrática de uma autoritária.

3.3 – Papel do município na educação

A educação interessa aos professores, funcionários de escola e demais funcionários públicos que atuam no setor, que ao colocarem suas reivindicações sempre tiveram uma prática que vai além do corporativismo. Além disso, é um setor de atuação do Poder Público de enorme importância e impacto para toda a população que pode – e deve – envolver-se o máximo possível no debate dos seus rumos. A municipalização da

educação, grande bandeira dos governos neoliberais encontra resistência entre os profissionais da área, historicamente defensores que a responsabilidade do município é com o ensino infantil ou pré escola. Por isso, entendemos que uma política para os servidores deve envolver, também, bandeiras como: Contra a municipalização, atendimento de toda a demanda do município para crianças de zero a seis anos, educação pública de qualidade. A oposição à municipalização por parte dos educadores é resultado de uma visão amplamente discutida, que têm como base a certeza que a educação não pode ser fragmentada e precisa ser pensada em nível nacional, com desdobramentos, no máximo, em caráter estadual. Não é possível que cada um dos mais de 5.560 municípios brasileiros tenha o seu próprio projeto educacional.

Fazemos a defesa enfática da criação de uma rede de ensino para atendimento de crianças de zero à seis anos porque consideramos que essa é uma das grandes deficiências da educação brasileira. O município, ao assumir esse desafio daria uma contribuição espetacular para a qualidade de ensino, prepararia as crianças para o ingresso, em melhores condições, no Ensino Fundamental e Médio. A criação de uma rede física destinada à pré escola, buscando a excelência da qualidade, é a maneira mais concreta do cumprimento do preceito constitucional que obriga a aplicação de 25% do orçamento público municipal em educação.

O bom atendimento às crianças de zero à seis anos significaria, ainda, enorme contribuição às famílias brasileiras, em especial aquelas de baixa renda, que necessitam de espaços adequados, seguros e com projetos educacionais consistentes para deixarem seus filhos quando vão trabalhar. A pré escola que os profissionais de educação defendem precisa garantir salas especiais e profissionais qualificados para o desenvolvimento das crianças através das artes, jogos, brincadeiras, expressão corporal, incentivo à comunicação oral e a sociabilização.

3.4 – Papel do município na saúde

O movimento sindical petista sempre esteve à frente do processo de constituição e defesa do Sistema Único de Saúde como um sistema universal, igualitário, integral, com controle social e foco na gestão municipal onde a população está mais próxima para acompanhar, fiscalizar e definir as políticas de saúde. Porém, esta defesa não significa obscurecer os problemas que ainda existe neste processo. O pleno funcionamento dos

Conselhos Municipais de Saúde tanto na participação real das representações da sociedade como nos encaminhamentos de suas deliberações como colegiado deliberativo é um exemplo.

Outro nó crítico no sistema tem sido os recursos humanos. As administrações petistas costumam remunerar melhor os servidores, porém bem aquém do mercado de trabalho na área da saúde e os planos de carreiras, quando existem, são desarticulados criando uma disputa pelos profissionais entre os municípios. São também permanentes os conflitos entre administrações petistas e movimento sindical na área da saúde. A forma de se administrar estes conflitos seria a instalação de Mesas Permanentes de Negociações no SUS em âmbito municipal com a participação de todas as esferas de governo, de gestores privados e representações sindicais, bem como mesas regionais como forma de articular os municípios próximos. Porém, apesar da Mesa Nacional de Negociação do SUS já existir há duas décadas, menos que um por cento dos municípios implantou este mecanismo de negociação. A implantação da terceirização integral de serviços de saúde, através de organizações sociais, tem sido um mecanismo de flexibilização, desregulação e precarização do trabalho na saúde pública. Enquanto servidores públicos têm salários rebaixados, entidades privadas utilizam os mesmos recursos para pagar salários maiores principalmente para cargos de confiança, contratam sem concursos públicos mesmo em períodos eleitorais, demitem sem justificativas, realizam compras sem licitações, ferindo os princípios constitucionais da administração pública, e não pagam direitos trabalhistas.

3.5 – Por uma gestão voltada para o mundo do trabalho

A criação de espaços de participação popular sempre foi a marca dos nossos governos. Precisamos manter e aprofundar essa prática pois ela têm se mostrado extremamente eficiente para o nosso êxito. Favorece-nos na correlação de forças nas sociedades locais para que a implantação do nosso projeto além da politização da população e sua apropriação da máquina pública. Assegurar a participação dos movimentos sociais nas instâncias de decisão de políticas públicas como forma democrática de gestão além de justo é questão de sobrevivência de um conjunto de propostas que trazemos que, só serão implantadas se conseguirmos o apoio da população. O Orçamento Participativo, uma das nossas principais marcas, deve ser aprofundado, qualificado e com um olhar especial para a juventude e as mulheres. Em todos estes instrumentos de participação o

movimento sindical deve ser valorizado como interlocutor, tanto representando os usuários dos serviços públicos como os trabalhadores. Esta participação, no entanto, não pode ser confundida com cooptação ou colaboracionismo acrítico. Nem o Partido nem as administrações, por mais comprometidas que sejam com os trabalhadores, poderão ditar os rumos das organizações sindicais e suas ações. A independência do movimento sindical é ponto de partida para um relacionamento respeitoso e democrático.

4 – CRIAÇÃO DE UMA ESTRUTURA PARA CONSOLIDAR O DIÁLOGO SOCIAL

Para efetivação do conjunto de propostas apontadas nesse documento é necessário que existam alguns espaços municipais, em nível do Executivo ou do Legislativo, que dêem conta das demandas que surgirem. Além, evidentemente, da eleição dos delegados ao Orçamento Participativo e o estabelecimento dos diversos conselhos específicos onde os movimentos sociais terão assento e promoção de conferências temáticas.

- a) Nas cidades onde a agricultura é importante para a economia, a criação ou fortalecimento de uma secretaria ou assessoria especial com dedicação exclusiva a reforma agrária e a agricultura familiar;
- b) Criação ou fortalecimento de secretaria ou uma assessoria especial para gerir a questão do emprego;
- c) Criação ou fortalecimento de uma assessoria especial responsável pelas parcerias e implementação do PAC e/ou projeto do biodiesel;
- d) Criação ou fortalecimento de uma assessoria especial ou secretaria para cuidar da questão do meio ambiente;
- e) Criação ou fortalecimento de secretarias ou assessorias especiais para questões da juventude, idoso, mulheres e negros;
- f) Estabelecimento da Mesa Permanente de Negociação com a participação de todos os atores envolvidos nas questões que envolvam o funcionalismo público.

SECRETARIO SINDICAL NACIONAL

Angelo D'Agostini Junior / SP - Trabalhador da Saúde Pública Estadual

COLETIVO - TITULARES

Carmem Helena Foro / PA - Rural - Secretária de Meio Ambiente da CUT
Expedito Solaney / PE - Bancário - Executiva Nacional da CUT
Indalécio Wanderley da Silva / RJ - Metalúrgico
João Antônio Felício / SP - Professor - Secretário de relações Internacionais da CUT
João Batista Gomes / SP - Funcionário Público Municipal – Executiva CUT/SP
Rosane Silva / Sapateiros / RS - Secretária de Nacional de Mulheres da CUT
Rosane Bertotti / SC - Rural - Secretária de Comunicação da CUT
Rosana S. do Nascimento / AC - professora
Shakespeare M. de Jesus / MG - Metalúrgico - Membro da direção nacional da CUT
Vera Lucia Farias Level / CE - Previdenciária

COLETIVO - SUPLENTE

Artur Henrique Silva Santos / SP - Eletricitários SP - Presidente Nacional da CUT
Jacy Afonso / DF - Bancário - Secretário Nacional de Organização da CUT
Juvandia Moreira Leite / SP - Bancário - Presidenta do Sindicato dos Bancários
José Arimateia R. França / PB - Eletricitário
José Cícero da Silva / AL - Urbanitário
Martinho A. C. Souza / PA - Gráfico
Quintino Severo / RS - Metalúrgico - Secretário Geral da CUT
Paulo César B. Peres / ES - Construção Civil
Vagner Freitas Moraes / SP - Bancário - Secretário de Finanças da CUT

CONSELHO

Ana Isabel Guimaraes de Souza
Elisângela Silva
Elsa Pena Sales
Juneia Martins Barbosa
José Tiago Passos Ferreira
Keila dos Santos Moraes
Maria Cristina Brito Costa
Mônica Valente
Rosana Souza
Vânia M. Rodrigues Miranda

SECRETÁRIOS/COORDENADORES

Estado	Secretário	Categoria
Acre	Rosana	Educação
Aлагоas	José Cícero	Urbanitário
Amapá	Katia	
Amazonas	Jorge/Cosmo	Metalúrgico
Bahia	Cedro	Metalúrgico
Ceara	Vera Level	Seguridade
Espirito Santo	Paulo Cesar (Carioca)	Construção Civil
Goiás	Zé Antonio	Telefônico
Maranhão	Valter	-
Mato Grosso	Vania	Educação
Minas Gerais	Fernando	Bancário
Para	Martinho	Gráfico
Paraba	Animadéia	Eletricitário
Piauí	João de Moura	Telefônico
Rio de Janeiro	Aurélio	Químico
Rio Grande do Norte	Raimunda	Educação
Rio Grande do Sul	Paulo	Bancário
São Paulo	Paulo Sérgio	Metalúrgico



Secretaria Sindical Nacional do Partido dos Trabalhadores
Rua Silveira Martins, 132 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01019-000
Fones: (11) 3243-1368 - 3243-1369
e-mail: sindical@pt.org.br